**AULA 08: HOBSBAWN, Eric.  A Era do Capital (1848-1875). Cap. 5 “A construção das nações”. p. 90-105.**

O período estudado atualmente é filho das revoluções francesa e industrial, que tiveram grande papel na expansão dos impérios europeus no longo século XVI. Enquanto a Revolução Industrial induziu mudanças no plano econômico, em direção do mercantilismo ao capitalismo, alterando as relações de trabalho e de propriedade, a Revolução Francesa se dá no plano político, causando a estratificação da sociedade, o que teve conseqüência na formação do Estado (democratização do acesso ao aparelho estatal por meio da burocracia) e também nas idéias de nação, de uma sociedade, pois coloca abaixo o antigo regime e é uma revolução muito massificada, que vai ser a maior forma de organização do Estado a partir de então. Nesse período revolucionário, se assentaram bases de valores e idéias que vão servir de inspiração para outras revoltas e revoluções de processos de construção de nações ao longo do século XIX. Assim, o surgimento das nações é algo totalmente recente, que ocorreu ao longo do século XIX e que vai se consolidar ao longo do século XX, não sendo um processo tranqüilo, mas sim bastante conflituoso. Se as duas revoluções não tivessem se desenrolado, esse surgimento não teria acontecido como e quando aconteceu.

A nacionalidade que é óbvia para nós, nesse momento histórico não é uma verdade dada e certeira; as pessoas não têm nacionalidades vinculadas aos Estados que se construíram. Os franceses, por exemplo, se identificavam como gauleses e outras etnias, não como pessoas da França. Mas o que faz uma nacionalidade? São mutuamente excludentes? Com base em quais critérios? Isso tudo ocorre dentro de uma realidade de complexificação da organização estatal na Europa, entre 1870 e 1914, especialmente quando se fala de gestão econômica, devido à expansão marítima nas colônias. Assim, a questão da nacionalidade e seus critérios passa a ser importante em diversos países, seja nos mais antigos, seja naqueles recém-constituídos. Começa a haver o entendimento de que assim como o Estado (monopólio territorial), a nação deve ser única e indivisível, princípio que tenta ser quebrado pelos movimentos separatistas.

Hobsbawn chama a atenção para que a ideia de nacionalidade está intimamente vinculada à ideia de nascimento. Essa referência (localização geográfica) é usada como um princípio elementar de construção da identidade nacional a partir do final do século XIX, por meio da “questão nacional”, sendo que antes o elemento de identidade nacional, na verdade, era o povo, pois é aí que se articulam as tradições, as festas e a ideia de nação era usada para falar sobre os estrangeiros.

Isso vai trazendo complexidade para a gestão dos Estados que estão emergindo ou se consolidando. Há impérios muito grandes que começam a ter que lidar com a questão nacional num duplo sentido: da sua própria afirmação e do desafio das minorias nacionais que reivindicam para si o direito de formarem um Estado-nação, já que o território não coincide com suas nações, as quais antecedem o Estado quando identificadas como povo, mas a criação do primeiro não elimina sua existência, porque se a nação (povo) é um elemento essencialmente cultural, ela continua ativa mesmo com a existência estatal.

As regiões do mundo em que Estados foram desenhados por potências européias em relações políticas imperialistas normalmente são regiões que vão apresentar conflitos nacionais persistentes ao longo da história, porque esses redesenhos europeus não só não batem com a distribuição territorial das nações, como muitas vezes colocam nações rivais dentro do mesmo Estado. Então, na metade do século XIX, há várias nacionalidades demandando serem reconhecidas enquanto tal e terem o direito de seus próprios Estados (Primavera dos Povos -1848, pois isso é visto como imprescindível para uma determinada nacionalidade; não apenas a burguesia entendeu na Revolução Francesa que o Estado era algo a ser mantido, mas depois dela todas as nacionalidades querem emergir para tê-lo, acompanhando uma movimentação da Revolução Americana que mostrou ao mundo que sua construção poderia ser um resultado da vontade dos homens, não apenas algo inesperado.

O século XIX também marca um período de crise de alguns impérios importantes, o Otomano e o Austro-Húngaro, que passam a ter cada vez mais dificuldades de gestar, não apenas seu território físico pela má gestão do Estado, mas o sentimento de pertencimento nacional dentro de seus próprios impérios, no momento em que outros povos se sentiam no direito de formar nações e, portanto, Estados-nação.

Enquanto as nações-Estado começam com essa ideia de um território uno e indivisível, ocupados por um certo povo tal como definido pela sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, sua língua, os critérios de definição do Estado eram monopólio territorial, tributário e militar, e organização burocrática, sendo que os dois conjuntos de critérios são conglomerados nos conceitos de nação-Estado e de Estado-nação.

Tanto o idioma quanto a etnia remetem a um passado comum e, portanto, a uma cultura comum. Antes do século XVIII, a religião foi usada como elemento na construção da identidade nacional, mesmo que isso não resultasse na formação de um Estado, mas deixa de ser a partir do XIX, dando lugar à língua e etnia. A primeira, muitas vezes, expressa dominação cultural, por exemplo da Inglaterra na França, causando uma tentativa de purificação étnica. Mas qual é o idioma oficial da nação? É para defini-lo que os conflitos nacionais dentro de um território entram, não devido aos pequenos dialetos – eles não são reprimidos -, mas é necessário haver homogeneidade de comunicação, nos livros, na mídia etc, e, então, há um encontro entre Estado e nação, pois as instituições operam para que um idioma se torne oficial, se alastre e, com o tempo, os dialetos locais vão perdendo sua força. Dessa forma, quando falamos de Estado-nação, estamos equalizando a presença territorial do povo e sua cultura (língua) com sua expressão política, que passa a ter que incorporar os elementos constitutivos das nações e não somente do estrato social dominante.

Já o nacionalismo parte de um princípio universalista, assim como a Revolução Francesa, em que nenhum povo deve ser explorado ou dirigido por outro povo. Todas aquelas nacionalidades que estavam dentro de Estados nacionais consolidados passaram a ter um argumento ideológico muito poderoso para a identificação do povo na busca por um Estado nacional próprio, porque é um argumento anti-opressor e universalista, supranacional, ou seja, que serve para quaisquer povos.

Assim, a partir do momento em que o Estado passa a encarnar os valores da nação, a nação-Estado passa a ser entendida como Estado-nação. A ideia do nacionalismo, em contraposição com a construção das nações tem a ver com a transição da nação que quer construir um artifício político, ser reconhecida num Estado, para um Estado que reproduz os valores da nação, sendo o nacionalismo vinculado a essa produção da nacionalidade pelo Estado, ao sentimento de nacionalidade de um povo em consonância com a estrutura política do país e à medida em que a nação se transforma em Estado ela deixa de ser espontânea e passa a ser um produto ideológico (nacionalismo). O Estado-nação, também, passa a se relacionar de forma diferente com seus cidadãos, como, por exemplo, na noção de cidadania, que tira a visão dos indivíduos como súditos, e dialoga com seus cidadãos, surgindo a opinião pública, a esfera pública de debate.

Nesse momento, a formação de um Estado-nação é identificada como um avanço civilizatório no contexto do século XIX, mas na cabeça dos liberais franceses e ingleses, existia uma grande discussão sobre o extremismo do nacionalismo, porque o Estado-nação tinha que ser economicamente e militarmente viável, ter um corpo burocrático eficaz e, por último, ter um território grande, e, se não fosse assim, não deveriam reivindicar por autonomia. Para combater a ideia de que toda nação precisa de um Estado, passa-se a difundir que podem haver Estados multinacionais, em que, por exemplo, a Espanha pode conviver com culturas minoritárias que não questionem o poder central, mas nem sempre isso é aceitável.

* A questão do nascimento ainda define a nacionalidade e aí toda a importância do território monopolizado do Estado, mas, mesmo quando o elemento territorial está ausente, o elemento étnico ainda pode definir uma nacionalidade, caso seus pais sejam brasileiros, ou seja, a língua, do ponto de vista oficial do Estado, não é mais imprescindível para a nacionalidade.
* No século XIX, uma classe proletária urbana é formada em determinados centros da industrialização européia, que é um elemento, não só do ponto de vista sócio-econômico, a “classe em si”, mas que também passa a ser um sujeito político, a “classe para si”. Ela traz uma novidade em relação ao nacionalismo, pois, como não tem nenhuma vinculação com as classes dominantes que operam o aparelho estatal, eles têm uma visão internacional de classe, diferentemente das burguesias francesa e inglesa que eram rivais. Porém, segundo Hobsbawn, na prática, esse transnacionalismo não se efetivava.

Além disso, existe um paradoxo do nacionalismo, quanto ao qual o liberalismo britânico não se deu conta. O mundo de Estados multinacionais vivendo sobre uma economia de livre mercado era uma utopia por 2 motivos: de um lado, as nações pequenas sem Estado, que não aceitam serem assimiladas como inferiores e, de outro, o problema do imperialismo nacionalista, isto é, mesmo os Estados nacionais constituídos – como França e Inglaterra – não se davam por satisfeitos. Logo, percebemos que esse nacionalismo é legítimo quando se trata da expansão das nações já dominantes, mas não é quando se trata das nações pequenas.

No século XIX, o elemento étnico vai se juntar com a ideia de nacionalismo, propagada a partir do Estado, e o trágico resultado dessa combinação é o nacionalismo xenófobo e imperialista (no sentido de expansionista, que deveria estar abandonado nessa época), que serviu de justificativa para os Estados atrasados, como Alemanha e Japão, levando à guerra e desmorona o ideal utópico liberal. Apesar desse ideal não ter se realizado plenamente, a unidade Estado-nação permaneceu até hoje como a unidade central da relação política entre os povos, mesmo que possa levar ao imperialismo, ao choque entre grandes potências ou ao extermínio de minorias. No século XXI, parece não haver mais espaço para uma organização diferente.

**AULA 09 e 10: MARIUTTI, E. (2013). “Interpretações clássicas do imperialismo”. Textos para discussão. Unicamp. (p. 1-43).**

Há alguma explicação para o imperialismo que fuja da motivação nacionalista?

Ele é muito identificado com um expansionismo territorial de um determinado país até o fim da Guerra Fria (Alemanha, Japão e EUA), mas os autores do começo do século XX já chamam a atenção para outros aspectos que não estão relacionados a essa expansão, tal como sua conexão com o acirramento da economia capitalista.

A primeira distinção que deve ser feita é entre imperialismo e militarismo. O militarismo é a visão das relações de poder segundo a qual quanto mais recursos naturais forem controlados diretamente, maior será o poder econômico e, consequentemente, político. Já quanto ao imperialismo, temos o britânico do livre comércio, por exemplo, que conjuga comércio e finanças e também a dinâmica capitalista e territorialista da dimensão de poder; a schumpeteriana, que diz que o imperialismo é um fenômeno histórico antigo sem relação com o capitalismo, cujo motor são paixões nacionalistas irracionais, pois determinados Estados tiveram que passar por processos muito brutos para se constituir e essa mentalidade continua, porém, isso não corresponde a rivalidades econômicas; e, por fim, há a visão, também schumpeteriana, de imperialismo como missão civilizatória, que dialoga com a dupla face da modernidade europeia, mas no plano do discurso vai sendo dado como algo positivo. A máquina do Estado foi criado por guerras entre reinos, só que depois de constituída, ela mesma cria as guerras das quais dependem para manter sua economia e expandir seu território.

Para verificar a conexão imperialista com o capitalismo, Mariutti estuda 2 vertentes: a liberal e a marxista. Os liberais dizem que, vide os cálculos racionais de custo-benefício realizados pelo capitalismo, o qual transforma as condutas de vida das pessoas em esferas não relacionadas à economia, que mostram que a guerra traz mais custo do que benefício, pois tem um custo certo e um benefício incerto, é muito mais interessante viver em paz e harmonia, logo a guerra seria pré-capitalista. Já os marxistas dizem que o imperialismo representa ainda uma fase de acumulação primitiva de capital, que vinculada àquela apropriação dos capitalistas de partes do mundo não-capitalistas (o contrário não acontece) no século XIX, que começa na Inglaterra, quando seu circuito comercial se expande e inclui territórios dentro da própria Inglaterra que não são capitalistas e depois passa a se repetir em territórios estrangeiros.

O capitalismo tem uma lógica de funcionamento suicida, uma vez que há a tendência declinante da taxa de lucro da produção capitalista, por substituir mão-de-obra humana pela mecanizada, fazendo com que haja produção nacional muito maior do que a capacidade de consumo devido ao desemprego, ocasionando crises de superprodução e subconsumo, como a Grande Depressão (1873-1896). Assim, há uma massa de capital, pois, apesar da crise, a burguesia não estava sem dinheiro, que precisa ser escoada para outros territórios, como na África, além dos já existentes nas Américas, pois nos seus próprios territórios, não havia como os investimentos gerarem lucro, mediante a falta de poder de compra da população. Esse escoamento, e conseqüente expansão do sistema econômico, tem um limite e o mundo inteiro passa a ser capitalista, o que Lenin chama de fase superior do capitalismo, gerando o que Mariutti chama de conflitos interimperialistas, pois há diversas potências que rivalizam entre si pelo controle do mercado mundial.

No caso britânico, sua lógica econômica está no centro de seu imperialismo de livre comércio. Ela tem uma dimensão financeira que é essencial, não apenas comercial de abertura de mercado e redução de tarifas, pois, ao invés de ficar entesourando os recursos vindos das colônias, como faziam Espanha e Portugal, transformavam-nos em capital em movimento, financiando novos empreendimentos e fazendo com que as finanças funcionassem a favor do império, o que, consequentemente, expandia a circulação mundial da moeda britânica (libra esterlina) e seu poder no sistema financeiro, mediante o fato da internacionalização da moeda ser um instrumento de poder. Logo, imagine haver um império que saiba usar os benefícios das finanças a seu favor, para turbinar ainda mais o sistema? É por isso que há uma hegemonia que se exerce por meio do poder financeiro de só ceder empréstimos a quem se comporta bem.

Os autores marxistas dizem que a finança (alocação de excedentes), além de ser o motor do imperialismo moderno, manipula os outros setores da burguesia e da classe política dirigente e direciona para onde deve ir o imperialismo a partir do financiamento das aspirações dessas outras classes. Políticos, militares e comerciantes são os atores reais no terreno que leva o imperialismo à frente, mas sem o ator invisível da finança, eles não vão a lugar nenhum; as diversas esferas da sociedade, mesmo as mais importantes, dependem das finanças para levar a diante as suas aspirações de classe.

Voltando às rivalidade interimperialistas, elas são interpretadas por Lenin de um ponto de vista duplo, tanto dos Estados nacionais quanto da competição entre as companhias multinacionais capitalistas, que começou com o imperialismo europeu no século XIX e dá lugar a uma tendência de lutas de eliminação entre as empresas e transformação de pequenas unidades em longas unidades (através de fusões e aquisições). A fusão mais decisiva do ponto de vista do funcionamento do sistema econômico é aquela entre capital industrial e financeiro: exemplo dos bancos da montadora de automóveis, que existem porque o capital financeiro atrai mais a atenção dos empresários, a chegar ao ponto de maior lucro na bolsa do que na sua própria produção ou indústrias terem seu próprio banco para lucrarem com a alavancagem financeira (quando um valor dobra ao passar pelas mãos de indivíduos distintos). Tal processo monopolizador do capitalismo, tanto das grandes potências capitalistas que dividem o mundo entre si, ocupando territórios e criando zonas de influência, causa um acirramento das lutas imperialistas, pois a luta se dá entre unidades cada vez maiores.

Perspectiva da política + econômica = Nacionalismo xenófobo (darwinismo social) + Finanças e expansão do mercado.

**AULA 11: AJAYI. A. (2010) “A África no início do século XIX: problemas e perspectivas”, p. 1-26, in: AJAYI. A. História Geral da África 1800-1880 (2010).**

A historiografia considerou durante muito tempo as relações com o mundo externo como o grande motor da das mudanças na África do séc. XIX, mas Ajayi procura aspectos de transformação social internos que contribuíram, juntamente à presença europeia, para o “subdesenvolvimento” do continente africano, o qual é sua condenação e só pode sair dela se romper com seu lugar na Divisão Mundial do Trabalho no sistema capitalista.

A África é um dos continentes mais complexos do mundo e existia uma dinâmica importante no comércio e na economia dos diversos povos africanos antes da intensificação da presença europeia, semelhante aos autores que mostram o mesmo processo nas Américas, Oriente Médio e Ásia, fatores que se juntaram à sua inserção no sistema econômico mundial, porque até então fazia parte dos territórios não-capitalistas, embora estivesse vinculada ao sistema econômico mercantilista (não no capitalismo moderno, e não na sua totalidade), mas a busca do lucro, por exemplo, era ausente na forma de organização econômica dos africanos ao longo do século XIX.

Processos históricos importantes:

1. Independência parcial do Egito com relação ao Império Otomano anteriormente ao domínio inglês e francês nesse território. Muhhamad Ali é um líder que busca romper o triplo monopólio dos otomanos com relação ao Egito.

2. Mfecani: processo de revoltas de diversos povos da África Austral em busca da constituição de territórios autônomos, similar à Primavera dos Povos que aconteceu na Europa Oriental e nos Balcãs.

3. A África Ocidental, no período da passagem do século XVIII para o XIX, viveu um processo muito importante de levante muçulmano (jihad: luta), o que resultou na criação de diversos reinos islâmicos relativamente autônomos e a passagem para a dominação islâmica tem um impacto sobre a relação dos povos com as noções de propriedade da terra, pois, enquanto em outras nações a terra era concedida do suserano para seus súditos de forma eterna, na Sharia, é permitida sua compra e venda, o que faz com que comece um surto de comercialização de terras mesmo fora desses Estados islâmicos. Com a presença dos europeus, as terras começam a ser cercadas e a propriedade privada e, assim, o capitalismo se insere no continente a partir da mudança das relações (não é apenas lucro). Portanto, a jihad muda não apenas o regime de governo de determinados Estados, mas também a relação com a terra, marcando a passagem da África de um sistema não-capitalista para um capitalista, logo esse processo foi importantíssimo. Assim como era na Europa do fim da Idade Médica, a terra se torna riqueza e vemos como já havia a introdução de práticas protocapitalistas sem influência européia.

4. A reemergência da Etiópia, localizada na África Oriental. Renascimento cultural e econômico etíope.

Assim como o poder territorial quando os europeus adentram, a ocupação territorial africana estava bastante consolidada na segunda metade do século XVIII/primeira metade do XIX, rompendo com a visão do senso comum de povos africanos nômades, com comunidades fragmentadas e sem território demarcado, e o crescimento populacional (nascimento e vida) estava grande devido à abolição dos regimes escravagistas e aos avanços agrícolas e comerciais. A entrada européia inicia-se apenas na segunda metade do século XVIII, por meio de missões exploratórias científicas – nem comerciais nem religiosas -, devido ao desenvolvimento da etnografia, que será muito utilizada para trazer conhecimento sobre o que era o interior africano, já que os europeus eram muito ignorantes sobre isso, pois não eram eles que capturavam os negros para o tráfico.

Até então, o comércio interior era mais forte do que o exterior na África, porém o fim do tráfico negreiro faz com que as rotas que eram usadas para isso passem a ser utilizadas para outros canais do chamado “comércio legítimo”. Quem o administrava eram os mesmos que administravam o tráfico e, em muitas situações, as relações de servidão e escravidão entre africanos continuaram a existir, vinculadas a uma maior necessidade de exportação e transporte de matérias primas para esse comércio legítimo (além do sistema da costa leste da África ao mundo árabe e à Índia).

Essa intensificação da importância do comércio exterior para a economia local e a consequente monetarização vão fazer com que haja um processo de ascensão social nos setores da economia africana ligadas a esse comércio, pois a troca comercial com a Europa é muito lucrativa. Diversos descendentes de escravos que são homens livres se envolvem e ascendem, devido ao controle de certas rotas e à taxação do comércio nesses pontos, passando a formar uma classe de comerciantes crioulos na segunda metade do século XIX. Isso gerou um balanço nas placas tectônicas nas classes sociais africanas, assim como a burguesia ascendendo na Europa causou na hierarquia social européia, embora não haja burguesia na África.

Um dos elementos cruéis dessa relação comercial é o fato de que uma das principais mercadorias que os europeus vendiam para os africanos eram armas de fogo, as quais eram as mais valorizadas pelos africanos (diversos chefes se iludiram que as armas os defenderiam dos próprios europeus), porém no contexto da época não eram mais equipamentos efetivos de ataque e defesa militar. Sendo assim, o comércio dos europeus era estratégico, influenciando indiretamente os assuntos internos dos reinos africanos, pois eles que decidiam para quem ou não vender, muito antes da Conferência de Berlim.

A própria emergência do comércio exterior como uma força propulsora da economia na África acontece desigualmente nos países, sendo mais intensivo em alguns e menos em outros, seja pela sua posição geográfica, recursos naturais etc. Alguns pólos políticos tradicionais continuam favorecidos, mas outros não, os quais acabam vendo regiões menos prósperas emergindo politicamente, o que gera maiores conflitos.

Com relação à questão agrícola, todas as outras esferas da vida social estavam submetidas à agricultura, pois não poderiam se desenvolver se a produção de alimentos não estivesse garantida. Porém, entre o século XVIII e início do XIX, tal produção não era voltada à exportação e a sua associação formava uma rede comercial densa e eficiente que vinculava diferentes povos em rotas de troca que não visavam o lucro e, dessa forma, não podemos aceitar a interpretação de que a África era composta por diversos povos isolados autossuficientes e subsistentes, embora os trabalhadores não fossem camponeses, pois não vislumbravam o lucro, e as relações comerciais não serem monetarizadas, já que apenas visavam a alimentação básica da população e o suprimento das necessidades.

* Características da agricultura africana anteriormente ao “capitalismo africano”:

– regime fundiário de propriedade estatal da terra, que era do soberano, porém ela é concedida a famílias que podem usufruir da terra por um longo período de tempo, sem poder vender ou comprar terra, o que estabelece domínios familiares.

– autoridade central garantia a proteção em troca de tributos, mas não fornecia serviços públicos agravando problemas de saúde pública (epidemias), o que era motivo de revolta que questionavam o regime em diversos desses países, cuja uma delas levou Muhammad Ali ao poder no Egito e descolá-lo do Império Otomano.

O processo de entrada do capitalismo da África causa o êxodo rural, pessoas abandonando suas pequenas propriedades e indo para lugares onde poderiam trabalhar em empresas em troca de salário. Além disso, a possibilidade de vender as terras faz com que diversas famílias vendam suas propriedades, dando a outros indivíduos a chance de comprar diversas terras e aumentar seu território, formando a figura do latifundiário – que não existia até então – e alterando classes.

O reflexo da nova estrutura econômica na política é a formação do Estado no continente africano, uma vez que o capitalismo chega antes do Estado, mas para funcionar, ele precisa do Estado para supervisionar se as regras do mercado estão sendo cumpridas ou não, precisa do arcabouço jurídico para eventuais conflitos e de um exército para proteger suas fronteiras. Os Estados aos poucos substituem os comitês de anciãos que tinham um caráter mais horizontal e informal não-hierárquico, porém não correspondem à organização das etnias tal qual elas se apresentavam no início do século XIX e, a medida que esses Estados passam a exercer seu monopólio militar, os exércitos começam a ser o principal ator nos conflitos interestatais (por recursos naturais para abastecer a Europa) – que vão explodir no século XX após as independências com as guerras civis, mas no momento são intermediados pelo imperialismo.

**AULA 12: BRAGA, J. C. S. (1999). “Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado”. In: FIORI, J. L. *“Estados e moedas no desenvolvimento das nações”.***

A Alemanha tem a capacidade de renascer e ser mais forte do que países que sofrem menos do que ela em períodos bélicos: primeiro, na sua própria constituição tardia como um Estado no século XIX (forças centrífugas do império germânico), depois no período pós-Primeira Guerra (em 1924, a Alemanha já está começando um período glorioso de surto industrial e em 1929, já está em pleno emprego apesar do desemprego pós-primeira guerra) e no pós-Segunda Guerra. Além disso, seu território sempre foi muito grande, então, embora não tivesse se unificado, nunca foi conquistado por forças estrangeira, sendo sua parte norte liderada pela Prússia (região mais avançada), onde havia uma burguesia nascente representada pelos junker.

Mas como a Alemanha saiu desse lugar dominado por forças centrífugas e fragmentado para uma grande potência que desafiava a Inglaterra já no final do século XIX? Ao contrário do capitalismo inglês (livre comércio), onde as forças burguesas emergem deslocando o poder monárquico do Estado, o alemão funcionava por meio do império germânico que traça um projeto econômico do país e identifica certos ramos da burguesia que vão ser convidadas a integrar esse projeto (capitalismo organizado), sendo uma de suas características seu vínculo com a indústria bélica (triplo monopólio): o país começa sem pretensões expansionistas, pois pensam primeiro no desenvolvimento da economia do Estado que estava sendo unificado, para depois pensar na sua expansão.

Um dos avanços alemães nesse período da consolidação do seu Estado tem a ver com o aperfeiçoamento da máquina burocrática ao misturar a idéia da burocracia governamental com o que havia de mais avançado na academia alemã relacionado à “administração de empresas”, sendo os primeiros a pensar numa ciência da administração pública (maior racionalização da gestão do Estado), o que pode ser verificado na ideia de cameralismo: mesmo que haja um Estado piramidal, há uma centralização de poder nos níveis municipais por meio das câmaras, que são locais de deliberação dos assuntos públicos por parte de pessoas que não estão em contato com o imperador, o que tira um pouco do seu poder (semelhante ao que ocorreu com as finanças públicas), já que ele não determina muitas coisas que não ocorrem na localidade.

Além disso, diferentemente dos britânicos, os alemães, como não tem colônias, não tem esse problema para resolver, tendo que se preocupar somente com eles mesmos, seu capitalismo emerge com uma concepção muito positiva por pregar o bem-estar da população como responsabilidade do Estado (concepção que estava começando a emergir nesse momento), introduzindo novidades importantes, por exemplo, em 1974, já são promulgadas em seu algumas leis quanto ao bem-estar social, não existentes em outros países, com outras leis surgindo no século XIX; o desenvolvimento de empresas estatais construídas dentro da visão do projeto nacional, que se inserem em setores onde a burguesia não está preparada para liderar em prol do progresso; a contratação de especialistas e técnicos de burocracia; a concepção do interesse nacional (no caso alemão, é buscar solucionar as demandas do Estado), o que no começo é buscado dentro do próprio território; e a união aduaneira (Zollverein) econômica e comercialmente de 1834, estabelecendo uma tarifa externa comum para todas as regiões, pois havia uma dificuldade em fazer comércio numa época em que cada território cobra impostos de importação e exportação mesmo dentro daquele grande território alemão fragmentado, o que causa entraves desnecessários ao comércio.

O investimento alemão se dava em maioria no setor militar, e também no sistema ferroviário que contribui para alavancar a economia, porque existe uma cadeia produtiva muito grande vinculada ao setor ferroviário, tanto relativo às matérias-primas para fazer a ferrovia, as locomotivas etc, quanto à dinâmica econômica (ganho de tempo, conexão entre cidades e entre portos). Com isso, juntando uma melhora nos transportes com a união aduaneira, a Alemanha passa a substituir importações e para de gastar dinheiro com isso, fazendo com que suas exportações cresçam tanto em volume quanto em valor e sua participação no mercado mundial aumenta naturalmente ao longo do tempo, chegando no começo do século XX numa posição muito favorável tanto em termos de produtos primários quanto em manufaturados. Através desse processo, a Alemanha começa a invadir mercados antes dominados exclusivamente pela Grã-Bretanha.

Já com a Zollverein constituída, a Alemanha vai entrar em conflitos tanto com a França (Ausácia e Lorena) quanto com a Áustria, e esses dois embates vão dar contornos territoriais para a unificação política em 1871. Nesse processo, o país é liderado por Otto Von Bismarchi, que passará a ser a principal figura política alemã no período do Segundo Reich, que corresponde a um período monárquico da Alemanha, quando um imperador é estabelecido, mas que a principal figura é um chanceler. O período é caracterizado pelo aumento do poderio econômico e industrial do império devido à centralização do poder, quando conseguem criar uma moeda única (importância da moeda única explicada anteriormente).

A superioridade industrial era baseada nos ideais de igualdade da Revolução Francesa, que se traduzem no plano educacional. Ainda que o sistema universitário alemão seja diferente, os alemães investem no ensino básico e numa cultura de investigação, pesquisa e curiosidade que vai sendo incutida desde a escola, para poder ter uma inserção internacional baseada num amplo capital social da sua população e na tecnologia.

Algumas indústrias em particular foram sendo investimento do Estado alemão nesse momento, que vai se utilizar do próprio sistema público bancário para incentivar a burguesia, o que foi a razão do sucesso do capitalismo organizado. Através do fornecimento de crédito aos industriais, o governo alemão direciona o crescimento da economia em diferentes setores estratégicos, não somente fazendo empréstimos, mas também promovendo processos de fusão entre diferentes empresas alemãs, formando empresas maiores e estimulando a criação de cartéis entre empresas alemãs, uma vez que, diante da tendência do capitalismo em concentrar poder econômico, que não pode ser revertida, é melhor que o Estado direcione o processo, para assim aumentar sua eficácia e não deixar tudo na mão da burguesia.

Mas como esse projeto nacional se casa com o projeto militar? A questão é que a industrialização seja parte do bem-estar da população, portanto essa massa trabalhadora alemã, ao contrário da britânica, sempre foi vista como um ativo do Estado alemão, algo que deveria ser cultivado e que é a base de qualquer industrialização. Então, o desenvolvimento da máquina militar era considerado ao mesmo tempo o desenvolvimento social, uma vez que a industrialização era puxada pela indústria ligada à guerra. O discurso alemão era garantir a sua segurança e, ao mesmo tempo, a paz na Europa, a qual vai acabar totalmente na Primeira Guerra, mas já era relativa, pois os países estavam entrando numa corrida armamentista, que acontece inicialmente sob o discurso de dissuasão (anarquia), para impedir que os outros os ataquem.

No pós-Primeira Guerra, a Alemanha sofre retaliações duríssimas, tanto do ponto de vista territorial quanto econômico, o que fez com que a nascente República de Weinmar, que foi a capital do país nessa época, fosse quase destruída, porque além do país estar esfacelado, o custo demandado dele era altíssimo. Porém, como já dito, a Alemanha é uma fênix e, de 1925 a 1929, há um período de forte recuperação econômica, mas, com a inesperada Crise de Nova York, houve um forte impacto sobre suas exportações, o que faz com que haja uma crescente tensão.

É nesse contexto bastante particular da cultura política da elite burguesa alemã, sobretudo a prussiana, que era conservadora e tinha um pé atrás com o livre comércio, que Hitler emerge. É um momento histórico em que o que está colocado para essas elites é, de um lado, a adesão ao capitalismo de livre comércio ou a busca da organização fascista do capitalismo (administração do Estado sobre o capitalismo numa perspectiva autoritária e conservadora) e, por outro, a alternativa comunista, que teve um sucesso inicial bastante tentador. A burguesia conservadora alemã não enxerga na república francesa a melhor forma de governo e não quer acabar com a aristocracia, logo há uma aderência ideológica com o fascismo, optando nem pela ameaça comunista nem pelo capitalismo de livre comercio ocidental, mas por um caminho do meio – um capitalismo fascista, controlado pelo Estado.

A mobilização desses ideais fascistas vai formar a base para a ascensão de Hitler, que mobiliza todo um discurso do rancor alemão pós-Primeira Guerra e, ao mesmo tempo, joga com a ameaça comunista, fazendo com que o nazismo seja um movimento de massas. Ele personagem personifica a junção entre militarismo, nacionalismo e a gestão do Estado da economia alemã, colocando em prática o velho modelo de turbinar a economia por meio da indústria bélica, sendo não só uma questão de fortalecer as próprias defesas alemãs, mas um projeto imperial expansionista belicista por um país que se entende como injustiçado pelas outras nações ocidentais. Assim, a Alemanha ressurge novamente, agora do caos econômico-social da Crise de 29, e em 1939, o país já estava vivendo uma situação de pleno emprego.

Na Alemanha, além da superioridade econômica, o Darwinismo Social vai ser fortemente incorporado ao discurso do expansionismo militar de Hitler, que não só tinha uma mentalidade de superioridade racial, mas também cultural civilizatória, que teve na sua figura um líder que colocou características pessoais nessa idéia, tal como suas preferências estéticas, baseando o imperialismo alemão na idéia de embelezamento do mundo.

Ao término da Segunda Guerra, não há exigências de reparações muito maiores do que a Alemanha poderia cumprir, então o país pôde continuar com seu ouro e cerca de 2/3 do seu endividamento com os EUA foram abatidos, por conta da ameaça comunista. Portanto, os países derrotados – Alemanha e Japão - da Segunda Guerra passam de inimigos a aliados preferenciais dos EUA, pois a principal preocupação era que esses países se submetessem a regimes comunistas, então fazia parte do projeto de reconstrução e manutenção de uma ordem capitalista saudável que os americanos colaborassem com a reconstrução econômica das nações derrotadas na Segunda Guerra. Então, a Alemanha desfruta de diversos benefícios que fazem parte daquilo que é conhecido como “negligência benigna”, podendo aplicar uma série de políticas que, hoje em dia, não seriam aceitas, como a política de subsídios às indústrias nacionais.

Outra característica da negligência benigna americana tem a ver com a moeda alemã. Os americanos toleraram um marco alemão desvalorizado, o que significa que as suas exportações estavam favorecidas, ao mesmo tempo em que os produtos importados ficariam mais caros, só que no caso da Alemanha isso era perfeito devido a sua reconstrução e desenvolvimento de indústrias nacionais, que deveriam ser protegidas.

Uma das características desse capitalismo administrado alemão é o sindicalismo forte, a negociação coletiva e a ampliação de direitos trabalhistas, o que é entendido pelos latino-americanos como custo de produção, pois encarece a produção industrial e tira a competitividade do país no exterior, o que requer reformas trabalhistas, como ocorreram no Brasil.

Em meados de 1980, metade da produção industrial da Alemanha era resultado de investimento estatal – ou empresas estatais ou privadas com empréstimos estatais. Porém, a Alemanha não está isolada dos processos acontecidos no mundo e, nos anos 70, o neoliberalismo emerge, então algumas ondas de privatização começa a acontecer, obviamente frente a resistências: a primeira é nos anos 60, antes do auge neoliberal; a segunda no período de Reagan e Thatcher, em seu auge, pois EUA e Inglaterra estavam alinhados na retirada do Estado na economia; e, depois, no período pós-unificação, quando as privatizações são apenas uma parte da reconfiguração da organização capitalista.

**AULA 14: TEIXEIRA, A. (1999). “Estados Unidos: a ‘curta marcha’ para a hegemonia”. In: FIORI, J. L. *“Estados e moedas no desenvolvimento das nações”.***

O que permitiu que um país, que em meados do século XVIII ainda era uma colônia, se tornasse, já no fim do século XIX, a maior potência industrial do planeta; em 1920, o centro cíclico de acumulação capitalista mundial; e, desde a Segunda Guerra Mundial, o pólo hegemônico e imperial core do sistema mundial?

Inicialmente, no século XIX, ocorreu a disputa pelo Oeste americano, que dizimou milhões de nativos, mas fez com que houvesse crescimento demográfico e a quadruplicação do produto nacional, devido ao progressivo fim do mundo rural tradicional. Também, a Guerra de Secessão (1861-1865) fortaleceu a economia nacional por fatores como a nacionalização do exército, a consolidação da dívida pública da União, o lastro do sistema bancário e financeiro, um novo sistema de tributação capaz de avalizar o endividamento de guerra, por conta da resolução do problema de poder interno e do tipo de capitalismo que seria adotado, abrindo, assim, caminho para a industrialização. Além disso, as ferrovias têm papel decisivo, tal como na Alemanha, no processo endógeno de criação de capital e na união entre a agricultura de alimentos e a indústria americana.

Assim, existe a hipótese de que a trajetória da ascensão meteórica dos EUA está relacionada com a forma específica do capitalismo interno, fazendo com que o desenvolvimento da economia americana não seja tomado como um prolongamento do capitalismo europeu, pois é um processo próprio de geração de capital industrial e financeiro novo, com população crescente e recursos naturais muito vastos, o que faz com que a dependência seja mínima, e também não seja dito como imperialista, como vimos com Arrighi, ainda que tenha feito das Américas um quintal informal. O surgimento da grande empresa nos EUA não se deu a partir de uma intervenção de alguma elite esclarecida, mas do próprio desenvolvimento histórico e social do país, dinamizado pelas ferrovias, o que denota a mudança do padrão de produção após a Revolução Industrial, logo, nesse sentido, o capitalismo americano surge de baixo para cima. Ademais, havia uma grande capacidade de unificação de mercados: primeiro, o doméstico, depois, a internacionalização do capital

Uma ressalva a se fazer sobre a ideia do capitalismo americano ser endógeno é o fato de que de todas as colônias britânicas, os americanos conseguiram obter uma relação especial com os britânicos que permanece até hoje (investimento as plantações, infra estrutura; abertura de portos aos EUA – Ásia, China, Japão - “política de portas abertas” já no século XIX) e de que tinham a terceira maior marinha do mundo embora não tivessem entrado em guerra, além de seus protetorados militares na Nicarágua, no Panamá e em Cuba. Num período pequeno de tempo, os EUA formou um desenvolvimento que em outros países demorou muito mais tempo (agricultura, indústria, ferrovias, grandes bancos, grande comércio).

Os americanos demoraram para construir seu triplo monopólio: o banco central dos EUA surge apenas 1 ano antes da Primeira Guerra (1913), por meio do Federal Reserve Act. Demoraram muito para organizar e centralizar seu sistema financeiro. No começo do século XX, tinham uma economia que crescia muito, aparentemente por fatores internos, mas totalmente desorganizados sem influência de um Estado, cujo impacto, ainda assim, já era sentido pelos outros países. Também, eles são conhecidos por seu isolacionismo que, no seu caso, foi natural, ao contrário da China, devido ao seu posicionamento geográfico. Isso foi gerando no campo da política externa a defesa de uma posição isolacionista, o que muda por conta da Doutrina Monroe, que pregava que as Américas são dos americanos - não dos europeus e também significa que estavam dispostos a exercer nas Américas um papel hegemônico que pode até ser de intervenção militar, a qual, apesar de defender o isolacionismo, abre uma visão menos isolacionista e ocorre no período pré-Primeira Guerra, que é de grandes transformações internas e externas na política americana.

Dessa forma, uma grande economia vai se formando no começo do século XX, a partir da organização do Estado e, assim como as guerras podem prejudicar alguns e ajudar outros, no caso dos EUA, a Primeira Guerra é o ponto de inflexão para se tornar uma potência e caracteriza a pós-hegemonia britânica. O período entre 1885 e 1914 foi de uma anarquia ordenada para um caos sistêmico, então a queda de uma hegemonia não deu espaço logo em seguida para outra hegemonia: foi necessária outra guerra mundial, a Segunda.

A Primeira também tinha trincheiras, só que com metralhadoras (industrialização acelerada) que tem um alcance muito maior e começam a surgir os primeiros tanques de guerra, o que muda tudo, além da política de alianças e de fatores geopolíticos e estratégicos. Também foi denominada como uma guerra total: é uma guerra até a morte e vai envolver toda a sociedade dos países, o que rompe a distinção entre civis e militares, além economia nacional do país também se voltar toda para a guerra. Os EUA demoram para entrar e só o fazem quando os alemães passam a utilizar uma tática de guerra inédita - consequência da revolução industrial -, os submarinos, para afundar navios de americanos, o que muda a visão dos EUA quanto a guerra, já quase quando ela está acabando.

Tal processo deu um impulso para a economia americana por meio da indústria e da agricultura, já maior do que o endógeno do fim do XIX - começo do XX, por conta dos europeus não terem mais agentes econômicos, vazio preenchido pelos americanos, vivendo um boom de exportações e concedendo maior proteção à industria nacional. A agricultura dos EUA também é mudada e se transforma numa agroindústria – invenção americana -, o que significa uma racionalização do modo de produção agrícola e principalmente um aumento da escala. Se os europeus baseiam sua economia na pequena propriedade familiar, os americanos fazem agricultura de larga escala devido a sua vasta extensão territorial. Como conseqüência do salto agrícola, há o salto da indústria, o que é aquele da Segunda Revolução Industrial, que passa a produzir produtos voltados ao ambiente doméstico: a era dos bens de consumo duráveis, que mudam a relação das pessoas com o próprio capitalismo, seus modos de vida, que torna possível o consumo de massa (também por conta do aumento salarial), o que também significa que há mudanças culturais na sociedade.

O grande efeito da primeira guerra é que os EUA passam da sua posição de devedor para a de credor, o que faz com que se livrem da Inglaterra como credor, pois a I Guerra obriga a Inglaterra a suspender a conversibilidade da libra e paralisar grande parte das operações financeiras internacionais, já que, durante a guerra, o crescente risco de se manter reservas em libras levou investidores a buscar uma moeda alternativa e o dólar aparecia como opção natural, tanto pela sua força como por estar distante do conflito bélico.

Por conta disso, em 1929, as ações das empresas americanas passam a se valorizar no pós-Guerra, o que cria uma bolha especulativa, pois as ações não correspondem à lucratividade das empresas, resultando na Crise de 1929, a qual leva a uma alta taxa de desemprego nos EUA (27%) e nesse mesmo período, a Alemanha estava tentando se reestruturar e com muito desemprego também (44%), e também destrói o liberalismo econômico por meio século.

A Segunda Guerra ajuda os EUA a saírem da recessão, a intensificarem a presença do Estado na economia (intensificação dos gastos do Estado) e a mudarem sua tendência isolacionista (American Way of Life). Foram necessários fatores externos para a rápida transformação de 40 anos e a visão dos americanos quanto a si mesmos é mudada de um país que se via como isolacionista para um país que se acha no direito de expandir seus valores para outros países. É a partir dos anos 50 que eles passam a exibir orgulho por sua cultura, valores e tradições (individualismo, economia de mercado, democracia, liberdades civis) e a deseuropeizar o mundo, já que, como sou dominante agora, quero desfigurar o anterior, pois o predomínio do eurocentrismo só havia gerado guerras e crises e estava dada a janela de oportunidade para substituir não apenas a Grã-Bretanha, mas toda hegemonia européia.

Isso se consolida com os acordos de Bretton Woods, em que os americanos chegam numa posição superior do que os outros países, pela criação de um padrão ouro-dólar, sistema de taxas de câmbio fixas, estratégia de dificultar qualquer pretensão de crescimento dos derrotados com base em substituição de importações, etc, além de Theodore Roosevelt que buscará dialogar com a URSS, impor pesadas punições aos derrotados, promover o livre comércio e acabar com a discriminação da Commonwealth aos produtos americanos. Parte de fazer o capitalismo dar certo na Alemanha e Japão foi exportar capital americano para esses países, por um lado pelo Plano Marshall e por outro, pela transnacionalização das empresas americanas (finança+monopólio = capacidade gigante de expansão – difusão do modo de organização capitalista da corporation).

Então, a hegemonia americana no pós-Segunda Guerra tem várias dimensões, que só foram possíveis de serem conseguidas por eventos externos a vontade dos EUA. Esse período vai dar aos EUA uma institucionalidade internacional nova (ONU), padrão monetário internacional, presença militar global e internacionalização da burguesia nacional, coisas que nem os britânicos tiveram, o que vai ter no *american way of life* seu auge, pois a hegemonia tem seu teor cultural, intelectual.

Os anos 50 são o início, mas também o fim da era de ouro os americanos começam a se envolver em outras guerras - da Coréia e guerra do Vietnã -, que diferentemente das anteriores, são causadas pelos americanos devido a sua nova política externa protagonista contra o comunismo no sudeste asiático, uma região estratégica. Porém, em Bretton Woods, eles haviam se comprometido a converter em ouro dólares americanos, porém o processo de internacionalização dos investimentos no plano Marshall e as multinacionais coloca um excesso de dólares no exterior e superam as reservas de ouro dos EUA, o que resulta naquilo chamado Dilema de Triffin: há um problema em haver mais dólar do que ouro, então inicia-se o processo de crescimento de uma bolha, o que faz com que países troquem dólar por ouro cada vez mais e, em 1971, o presidente Richard Nixon rompa com o acordo unilateralmente no que diz respeito ao sistema monetário, então quem trocou, trocou; quem não trocou, não troca mais. A saída da conversibilidade do dólar com o ouro impõe ao mundo uma nova era monetária: a era do padrão dólar flexível, não havendo lastro para nenhuma moeda, nem mesmo ao dólar.

O fim do padrão dólar-ouro foi acompanhado por uma série de desregulamentações financeiras, que tem a ver com a volta do liberalismo a partir dos anos 70. A grande questão é que o liberalismo causa um período de instabilidade econômica e financeira, pois quando não há lastro, o dinheiro é só um número, então a hegemonia dos EUA no pós-Segunda Guerra busca gerir um sistema que por natureza foi tornado instável. É por isso que o que vai sustentar essa hegemonia vai ser o uso da força militar que é, em última instância, o lastro do dólar. Porém, a China está crescendo.